



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I – OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços de substituição de telhas, rufos e calhas, por um telhado mais resistente e estanque, no Prédio Anexo à sede do TRE/MS, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, nº 23 - Parque dos Poderes, no município de Campo Grande/MS.

1.1. A prestação dos serviços compreende a mão-de-obra e o fornecimento dos materiais.

1.2.. A contratação será realizada mediante licitação na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma eletrônica, **do tipo menor preço**, conforme condições do Edital, deste Termo de Referência e da minuta do Termo Contratual.

CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

1. Justifica-se a presente contratação tendo em vista que a ação do tempo e do trânsito de pessoas, em razão de manutenções nos condicionadores de ar, ou mesmo no próprio telhado, no decorrer dos anos, tem tido grande deformação, o que provoca infiltrações e goteiras cada vez maiores e que não tem mais como ser estancada e, portanto, é imperioso que seja realizada a substituição por telhado mais resistente e que diminua, consideravelmente, as intervenções e impeça que os agentes externos afetem as atividades.

CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS, PREÇOS MÁXIMOS E CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO:

1. A descrição dos materiais e serviços a serem fornecidos/prestados constam do Anexo I - Planilha de Quantificação e Orçamento e do Anexo II - Croqui, do Edital, na tabela abaixo consta uma descrição resumida dos serviços a serem prestados e o valor total do item:

ITEM 01	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTDE
DIVERSOS			
1.1	Locação de caçamba estacionária - 4m ³	Un	2
1.2	Andaime tubular fachadeiro - 7m	diária	5
1.3	Impermeabilização com revestimento semi-flexível Viaplast 1000, Viapol ou similar. Consumo 2 kg/m ² .	m ²	39,00
1.4	Aluguel Caminhão Munck, tipo toco, Modelo 12/18 6M ATE 5T /H	H	8
1.5	Retirada de telhas metálicas	m ²	195,00
1.6	Retirada de calhas	m	26,00
1.7	Retirada de rufos pingadeira	m	35,00
1.8	Retirada de rufo sobre telha	m	49,00
ÁGUAS PLUVIAIS			
2.1	Tubo PVC rígido soldável 100 mm	m	42,00

2.2	Conexão PVC - curva 90°	un	8,00
COBERTURA			
3.1	Telha isotérmica #0,65mm dupla com isopor de 50mm. Trapézio 25mm. Cor metálica	m ²	195,00
3.2	Instalação de telhas isotérmicas 0,65 mm	m ²	195,00
3.3	Calha em chapa de aço - galvalume 0,50mm , desenvolvimento 80 cm, incluso transporte vertical.	m	26,00
3.4	Parafusos para telha metálica tipo sanduiche 4"x11/4"	Un	300
3.5	Rufo pingadeira chapa 0,5mm galvalume	m	35,00
3.6	Rufo sobre telha na chapa 0,50 mm galvalume. 30CM.	m	49,00
3.7	Contrarufo chapa 0,5mm galvalume	m	26,00
3.8	Terça 100mm #14mm de aço	m	30,00
Unidade	Qdade	Preço unitário máximo	Preço total máximo
Serviço	1	R\$ 51.502,89	R\$ 51.502,89
Intervalo mínimo entre os lances, sobre o valor total			R\$ 50,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais/serviços indicado no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A proposta de preços detalhada, contendo os valores unitários e totais dos subitens, que deverá ser preenchida pelo licitante consta do anexo III.

2.1. Deverá ser fornecido preço para todos os subitens constantes no Anexo III - Planilha de Quantificação e Orçamento para preenchimento pelos licitantes, sob pena de recusa da proposta.

2.2.. O PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO fornecido pela Licitante terá como base os valores da Planilha de Quantificação e Orçamento do TRE-MS - Anexo I.

3. O prazo para execução é de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato e/ou a emissão da ordem de serviço.

4. A empresa contratada deverá zelar para que os serviços a serem executados, respondendo, em qualquer caso, pelos eventuais prejuízos decorrentes da execução dos serviços.

5. A CONTRATADA deverá manter o local limpo após a manutenção.

6. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas referentes aos serviços contratados, tais como: mão de obra, tributos, encargos trabalhistas, deslocamento e permanência no local.

7. O serviço deverá ser prestado de preferência no período matutino, das 08:00h às 18:00h de segunda à sexta-feira com comunicação prévia à Seção de Manutenção Predial Contato (67) 2107-7194.

CAPITULO IV - DA VISTORIA TÉCNICA.

1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo FORTEMENTE RECOMENDADO VISTORIAR O LOCAL DO SERVIÇO, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

2. Caso a licitante opte por não promover a vistoria técnica, deverá formalizar declaração (vide Anexo VI do Edital) registrando que os elementos trazidos no instrumento convocatório são suficientes para quantificar os materiais, equipamentos e serviços necessários para a prestação de serviços de substituição de telhas, rufos e calhas, e

seguindo as especificações determinadas por este Termo de Referência, pela planilha de quantificação e orçamento e peço croqui.

3. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será realizado o serviço, para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia de servidor lotado na Seção de Manutenção Predial, através de agendamento pelo telefone (67) 2107-7194 ou pelo e-mail: jorge.garcia@tre-ms.jus.br.

4. Ao licitante que vistoriar os locais de instalação, será emitido ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA.

5. Considerar-se-á o CONTRATADO como especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Termo de Referência, mas implícitos e necessários à perfeita execução do serviço.

CAPÍTULO V– DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A CONTRATANTE designará servidores lotados na Coordenadoria de Serviços Gerais – Seção de Manutenção Predial – Jorge Alan Albernaz Garcia – titular e Lorena Amaral Malhado - substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Termo de Referência, Contrato e demais anexos.

2. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome deste Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.

3. A fiscalização exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

4. As relações entre este Tribunal e a CONTRATADA serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, particularmente quando se referir à correção de deficiências, falhas ou irregularidades na prestação dos serviços.

6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços, quando não tiver de acordo com este Termo de Referência, sem prejuízos das penalidades a que a CONTRATADA ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto à regular execução dos serviços.

7. Qualquer alteração necessária ao Contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitando as formalidades da Lei nº 8.666/93, devendo o fiscal comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial.

8. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações dispostas no Contrato, mantendo em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, bem como todos os controles relacionados às obrigações geradas na contratação.

9. A Fiscalização é responsável pela cobrança (formalizada) de documentos necessários ao pagamento da CONTRATADA, sempre que a empresa não os encaminhar juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidas ou venham a vencer antes do pagamento;

10. Esta cobrança não exime a responsabilidade de apresentação dos documentos pela CONTRATADA, e sempre que esta deixar de apresentar documentos juntamente com a nota fiscal, ou no caso de esses estarem vencidos, tal fato deverá ser objeto de comunicação formal (escrito) da fiscalização à CONTRATADA, com solicitação de retificação e prazo para tanto.

11. A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não há previsão contratual, e fogem das possibilidades de ajustes previstas em contrato;

12. O Fiscal deverá atestar a nota fiscal, ratificando a execução dos serviços, e verificará a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do TRE/MS, procedendo a prévia solicitação de correção (por meio escrito, com recibo da CONTRATADA), caso seja necessário;

13. A fiscalização deverá obedecer a todas as regulamentações do TRE/MS quanto ao acompanhamento e fiscalização dos contratos.

CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o a empresa prestadora do serviço deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365$ $I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas serão elaboradas pela Seção de Contratos.

CAPÍTULO IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

2. Designar servidor (es) para acompanhamento a fiscalização desta contratação.

3. Verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

4. Aplicar penalidades a Contratada, por descumprimento contratual.

5. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO X - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

1. Cumprir fielmente, além da lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis, todas as demais disposições previstas no Termo de Referência, no Edital e seus anexos e no Contrato.

2. Responder por todos e quaisquer ônus referentes à prestação dos serviços ora contratados, tais como: toda e qualquer despesa relacionada mão de obra e materiais necessários à retirada das telhas, calhas e rufos existentes no local e instalação de novas telhas, calhas e rufos e limpeza do local.

3. Prestar o serviço com eficiência e celeridade, resultando em um atendimento de alta qualidade, esclarecendo o que for solicitado e atendendo a eventuais reclamações oriundas da execução do contrato.

4. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido no Termo de Referência e no Contrato.

5. Utilizar na execução dos serviços equipamentos e ferramentas adequadas e mão-de-obra qualificada.

6. Fornecer uniformes, crachás de identificação, equipamentos de proteção individual e treinamento ao seu corpo de funcionários/técnicos que irão prestar os serviços contratados.

7. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

8. Prestar todas as informações solicitadas pela Fiscalização, atendendo prontamente a qualquer dúvida ou necessidade de serviço;

9. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por E-mail ou Contato telefônico, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços;

10. Comunicar de imediato e por escrito à CONTRATANTE quaisquer irregularidades que surgir durante a vigência deste contrato;

11. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o seu desenvolvimento na mais perfeita técnica;

12. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, como por exemplo, equipamentos e pessoal técnico necessário para a realização dos serviços, seguro-acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales- refeição, vale transporte e quaisquer outras que sejam despesas diretas ou indiretas;

13. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência desta espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços, ou em conexão ou contingência;

15. Quando for o caso, responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive danos à integridade física das pessoas a serviço da CONTRATANTE, decorrentes da prestação dos serviços, seja por ação ou omissão de seus empregados e prepostos, independentemente da culpa ou dolo dos mesmos.

16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o serviço em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

17. Manter absoluto sigilo sobre as informações recebidas ou adquiridas quando da prestação dos serviços;

18. São obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias, sociais e outras da CONTRATADA, entre outros aspectos: Assumir a responsabilidade por todos os encargos salariais, fiscais, sociais e previdenciários previstos na legislação, obrigando-se a saldá-los na época própria, sendo que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo também, que sua inadimplência com referência aos encargos estabelecidos não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a mesma renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

19. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

20. Não contratar, durante a vigência do contrato, servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;

21. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE;

22. Responder pelos atos e omissões de sua responsabilidade.

23. Não subcontratar no todo, o objeto do presente Termo de Referência, respondendo a CONTRATADA perante a CONTRATANTE pela execução total do objeto e

não haverá qualquer relação entre a CONTRATANTE e a SUBCONTRATADA, de modo que, também, pelos atos e omissões desta, ela é plenamente responsável. A responsabilidade da CONTRATADA é plena, legal e contratual;

24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos até 25% do valor inicial atualizado do contrato, ou supressões que se fizerem necessários, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

25. Receber os valores que lhe forem devidos pelo serviço, na forma disposta neste Termo de Referência.

Campo Grande/MS, 07 de outubro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ALAN ALBERNAZ GARCIA, Chefe de Seção**, em 03/11/2020, às 14:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 03/11/2020, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0899106** e o código CRC **D021F2DB**.

0006727-91.2020.6.12.8000

0899106v59